



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER DO CONTROLE INTERNO – CONTRATO

CONTRATO Nº 020/2025 – SEMCAT.PMA

Em atendimento à determinação contida no §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, e instados a nos manifestar no Proc. Administrativo 14.846/2025 quanto à formalização do **CONTRATO Nº 20/2025 – SEMCAT.PMA** decorrente do procedimento de **Adesão à Ata de Registro de Preços nº 2025.005 – SESAU/PMA, oriunda do Pregão Eletrônico SRP nº 09.2025.005 SESAU.PMA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, que tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de material de limpeza e higiene a fim de atender as demandas desta Secretaria e das suas unidades, em que a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho – SEMCAT.PMA, celebrou contrato com a empresa **CASA SANTA COMERCIO LTDA** (CNPJ: 51.531.999/0001-36), com vigência de 06/11/2025 a 06/11/2026. Temos a informar:

Inicialmente, a Minuta do Contrato em alusão foi elaborada pela SESAU; justificativa jurídica da metodologia de pesquisa de preços; Parecer Jurídico conclusivo nº 554/2025 do procurador da Procuradoria Geral do Município – PROGE

As informações contidas no Contrato em comento, quanto ao preço e das condições de pagamento (cláusula terceira), condizem com as informações iniciais, e quanto ao valor anual do contrato R\$ 2.806.638,09 (Dois milhões, oitocentos e seis mil, seiscentos e trinta e oito reais e nove centavos).

(X) Salvo melhor juízo, este Controle Interno entende que **o presente Contrato se encontra revestido parcialmente de regularidade com as seguintes ressalvas: Publicação do respectivo extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP no prazo de 20 dias úteis contados da data da assinatura do contrato para licitação e 10 dias úteis para contratação direta; Tendo em vista que as assinaturas apostas não observam a ordem cronológica dos atos praticados, assim, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao ordenador de despesas. Suas cláusulas atendem às exigências do Art. 92 da Lei de Licitações 14.133/2021, apto a gerar seus efeitos desde que comprovada a disponibilidade orçamentária.**

Remetemos os autos à autoridade competente para deliberação ulterior.

Ananindeua/PA, 17 de dezembro de 2025.